

## NOTA DE APRESENTAÇÃO

Damos sequência neste número, cara e caro leitores, à divulgação de resultados de investigação no campo das ciências da educação. Acreditamos que este caminho, apesar de difícil, é indispensável. A crise política que presentemente se vive neste sector não é, como tantos apregoam, uma crise de recorte técnico, pautada por um debate subordinado ao confronto entre modos técnicos de regulação deste ou daquele aspecto da vida do “sistema educacional”. Trata-se, como insistentemente tenho focado, de uma crise profunda do modelo de governação da educação. O que se aplicou predominantemente ao longo dos últimos trinta anos de democracia está esgotado. Os tempos mudaram, as sociedades apresentam-se com configurações muito diversas, os actores não são os mesmos nem agem do mesmo modo e o futuro não pode encher-se de passado (técnico e funcionalista) até ao tecto, sob pena de sucumbirmos ainda mais, como país, empenhados que estamos numa educação de qualidade para todos e ao longo de toda a vida.

Por isso é tão importante prosseguirmos este aturado e persistente trabalho a que nos propusemos, há uns seis anos, de dar prioridade à investigação das situações reais que nos afligem, ao que nos dá alento e esperança, às fendas de luz que parece abrirem-se aqui e ali. As organizações escolares e as comunidades locais cruzam-se todos os dias num oceano infindável de relações que configuram reflexões, parcerias, projectos, conflitos e práticas educativas que sustentam os esforços em prol da melhoria da educação. O nosso foco tem de estar aqui e ainda no modo como age uma administração pública que se pauta por modelos de regulação da educação cada vez mais incapazes, década após década, de “produzir” melhores resultados educacionais para todos os portugueses.

Assim devem ser entendidos os trabalhos de António Pedro Devesa e Fernando Ilídio Ferreira, sobre a liderança da escola vista pelos alunos, de Daniela Cunha e Jorge Adelino Costa, que analisa as percepções dos professores sobre a liderança das escolas estatais e privadas, de Ana Catarina Outeiro e António Fonseca, sobre o impacto na auto-estima dos adultos nos novos processos de reconhecimento, validação e certificação de competências, de Ilídia Vieira e Joaquim Azevedo, sobre os factores que promovem o sucesso educativo nas escolas profissionais, de

Carlos Pestana Lopes e António Valente de Andrade, sobre a aplicação de jogos e simuladores no ensino da gestão e da economia e de Álvaro Almeida Santos e José Matias Alves, em torno das perspectivas dos jovens do ensino secundário sobre os factores que contribuem para o abandono escolar precoce neste grau de ensino. Docentes de várias Universidades apoiam estas pesquisas, enriquecendo o nosso património reflexivo e abrindo pistas muito interessantes para mais e renovada reflexão e acção no campo da educação.

Este número é ainda enriquecido, como é também nossa tradição, por três outros trabalhos. O primeiro, de Paulo Almeida Pereira, procura explicitar o modo como se pode transformar informação em conhecimento recorrendo a técnicas inferenciais e multivariadas, aplicadas a um conjunto de dados recolhidos pela utilização da CAF (Common Assessment Framework) em organizações educacionais.

O segundo, de autoria de uma inspectora de educação, Clara de Fátima Moreira Lucas, aborda os modelos de intervenção da Inspecção de Educação no sistema de ensino, com particular ênfase na oferta de educação de infância. A autora contribui com uma reflexão rica para que se possa alargar o debate sobre os novos modelos de governação da educação e o papel específico das inspecções de educação.

Por fim, Mariana Prieto Afonso Lencastre, fecha este número com um breve ensaio sobre a transdisciplinaridade e a boa ciência, colocando a sua atenção nos contributos de Bruno Latour para uma nova compreensão das ligações entre ciência, conhecimento e sociedade.

Boa leitura, pois é esperamos que este número sirva de alento para que outros resultados de investigação da situação concreta da educação em Portugal possam sair do anonimato ou do círculo académico fechado, para chegarem a outros actores e, eventualmente, abrirem outros horizontes. Disso, sim, precisamos e com urgência e pertinência. As ciências da educação, ao contrário do que alguns saudosistas do modelo de escola do antigo regime dizem, estão a contribuir e poderão ainda vir a contribuir ainda muito mais e melhor para construir novos rumos políticos na educação. É de políticas públicas renovadas que precisamos, não é de reformas técnico-funcionalistas que pensam tudo resolver, assentes no paradigma da regulação total “a priori”. Com estas reformas, umas atrás das outras, governo após governo, corremos o risco de estar a construir uma educação cada vez mais desnordeada e, por isso, mais frágil, promotora de uma procura desencantada de educação. Ora, as sociedades que se avizinham, “sociedades educativas” como alguns lhes chamam, apelam para a urgente construção de novos modelos de regulação da educação, ou seja, de novas políticas educacionais.